

REFORMA EM MOVIMENTO

ACOMPANHE CADA PASSO DA TRANSFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA

Edição 31 - 28/11/2025

Departamento Jurídico Tributário

Reforma Tributária

Destaques da semana!

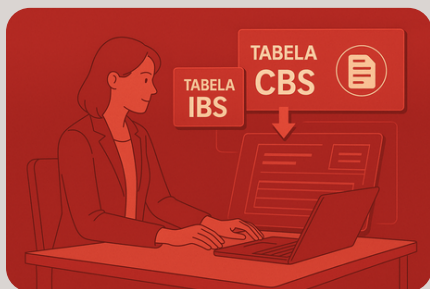
de 14/11 a 28 de novembro de 2025

Cidade de São Paulo libera testes do novo leiaute da Nfs-E e formato Txt será encerrado

O Município de São Paulo disponibilizou o ambiente produtivo de testes do Webservice da NFS-e versão 2, permitindo a validação de arquivos XML sem emissão de notas, etapa crucial para ajustes antes das novas exigências da reforma tributária em 2026.

A Secretaria Municipal da Fazenda também publicou manuais atualizados, incluindo o Manual de WebService 3.3.4, já com os campos obrigatórios do IBS e da CBS, alinhados às notas técnicas federais.

Como o formato TXT será descontinuado para fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2026, torna-se indispensável a migração para emissão on-line ou via Webservice integrado.



NFS-e Nacional: Divulgada a nova versão da Nota Técnica da NFS-e SE/CGNFS-e nº 005/2025

Foi publicada no Portal Nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e no dia 21.11.2025 a nova Nota Técnica da Secretaria Executiva do Comitê Gestor da NFS-e (SE/CGNFS-e nº 005/2025) que dispõe sobre as adequações do layout da NFS-e, dado o contexto da Reforma Tributária do Consumo.

Ainda, traz as atualizações do leiaute da NFS-e nacional oficializando a criação do Grupo de Informações de Operações de Locação de Bens Móveis na NFS-e.

A atualização apresenta critérios como aplicação específica ao fato gerador, tratamento tributário e regras de negócio, além de desmembrar o item 99 do código de serviços para diferenciar a locação de bens móveis e imóveis.

O objetivo é garantir alinhamento ao modelo tributário da reforma, padronizar informações e preparar o ambiente nacional da NFS-e para a transição dos novos tributos.

LOPES & CASTELO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Eleito entre os
escritórios mais
admirados do Brasil

análise
ADVOCACIA
ESCRITÓRIO
MAIS ADMIRADO

análise
ADVOCACIA
ESCRITÓRIO
MAIS ADMIRADO

REFORMA EM MOVIMENTO

ACOMPANHE CADA PASSO DA TRANSFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA

CGIBS inicia seleção de empresas para o Projeto Piloto do Sistema de Apuração Assistida do IBS

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) inicia a seleção das empresas que participarão do Projeto Piloto do Sistema de Apuração Assistida do IBS, etapa fundamental da preparação para a entrada em vigor do novo imposto em 2026.

Desenvolvido em parceria com a Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul (SVRS), o piloto testará os fluxos de apuração do IBS a partir de dados reais de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e). Cerca de 300 empresas serão convidadas a integrar essa fase inicial, selecionadas de forma automatizada a partir de critérios técnicos como volume de operações, abrangência nacional, qualidade da informação fiscal e enquadramento no regime de tributação regular.

A lista das empresas habilitadas será divulgada em 26 de dezembro de 2025. O piloto terá duração de três meses, entre janeiro e março de 2026. A partir de abril, inicia-se a segunda fase, que incluirá novos contribuintes, demais documentos fiscais eletrônicos e operações sujeitas a regimes específicos de tributação.

A iniciativa reforça o compromisso com transparência, segurança jurídica e construção cooperativa de um modelo de apuração moderno, eficiente e alinhado às necessidades dos contribuintes e das administrações tributárias.



REFORMA EM MOVIMENTO

ACOMPANHE CADA PASSO DA TRANSFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA

Comitê Gestor detalha em cartilha como a NFe impactará o cálculo do novo IBS

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) publicou, na última sexta-feira (14/11), a primeira cartilha oficial com orientações técnicas sobre os efeitos da emissão de documentos fiscais eletrônicos no novo sistema de apuração do IBS.

O material, elaborado por equipes estaduais e municipais que integram o pré-comitê gestor, antecipa as regras operacionais que entrarão em vigor com a implementação da reforma tributária.

A cartilha, sem caráter normativo, trata do novo modelo de apuração assistida, no qual o IBS será calculado automaticamente a partir das informações transmitidas em tempo real pelas empresas, especialmente por meio da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Diferente do atual sistema descentralizado do ICMS e ISS, o IBS terá apuração centralizada em plataforma única desenvolvida pelo CG-IBS, com base em dados padronizados.

O documento técnico detalha dezenas de novos campos que deverão ser obrigatoriamente preenchidos nas notas fiscais eletrônicas, como a data prevista de entrega, o grupo de compras governamentais, indicadores de doação e fornecimento de bem usado, além de informações específicas para perdas em estoque, estornos de crédito e transferências de saldos em operações de sucessão.

Entre os principais destaques, está a mudança no momento de incidência do imposto. A Lei Complementar nº 214/2025 estabelece que o fato gerador do IBS ocorre no fornecimento, ou seja, na entrega ou disponibilização do bem, e não mais apenas na emissão da nota fiscal. Para isso, os campos de data de entrega e eventos de correção passam a ter papel central na determinação da competência tributária.

A cartilha apresenta ainda novos eventos fiscais, entre eles, os de estorno de crédito por perdas no transporte, destinação para consumo pessoal e aceite de débito por nota de crédito, que geram efeitos automáticos na apuração. A ideia é permitir que ajustes sejam realizados com rastreabilidade e validação cruzada entre fornecedor, adquirente e o próprio sistema.

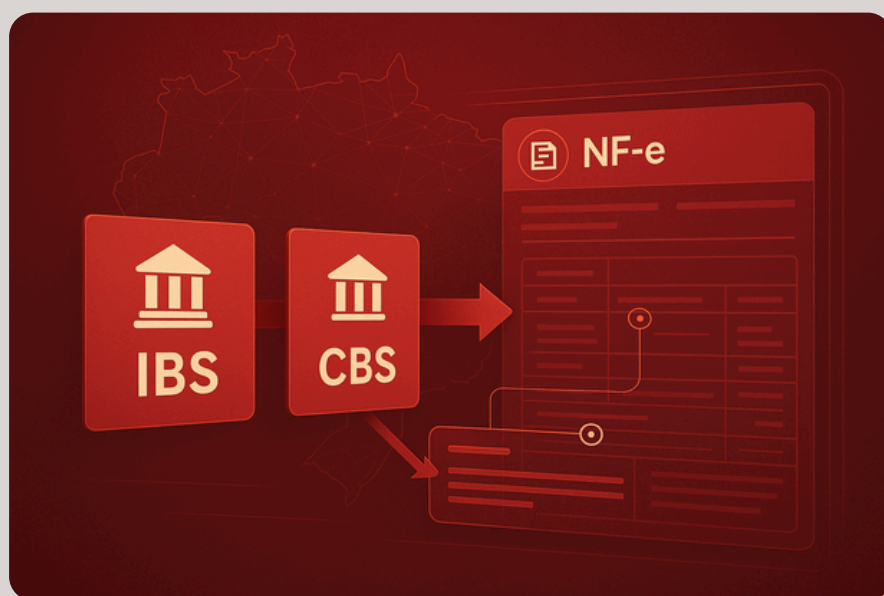
REFORMA EM MOVIMENTO

ACOMPANHE CADA PASSO DA TRANSFORMAÇÃO TRIBUTÁRIA

Além dos aspectos técnicos, o documento inclui exemplos práticos simulando situações do dia a dia, como pagamento antecipado com distrato parcial, fornecimento de bens usados para revenda e doações de mercadorias.

Esses casos ajudam a ilustrar como os novos campos e eventos se articulam para formar a apuração final do imposto.

A iniciativa do CG-IBS reforça o esforço de garantir segurança jurídica, padronização e transparência no processo de transição para o novo modelo de tributação sobre o consumo. Novos volumes devem ser publicados à medida que os sistemas operacionais avancem.



Principais Alertas da CBS/IBS para janeiro

A partir de janeiro, médias e grandes empresas terão de incluir nas notas fiscais os novos campos referentes à CBS e ao IBS, iniciando a fase prática da reforma tributária do consumo. A adaptação não é opcional: documentos emitidos fora do padrão determinado pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS serão rejeitados, impedindo o faturamento. Esse movimento inaugura uma etapa crítica, exigindo planejamento imediato das equipes fiscais e de tecnologia.

Sistemas, prazos e risco operacional

Com menos de 40 dias corridos e menos de 30 dias úteis devido aos feriados, empresas terão pouco tempo para garantir que seus ERPs estejam atualizados para suportar as novas exigências.

Paralelamente, o Comitê Gestor do IBS e as secretarias de Fazenda vêm promovendo ajustes nos documentos fiscais eletrônicos para padronizar estruturas e facilitar validações. Entre as iniciativas, destaca-se o desenvolvimento de um validador único de XML para IBS/CBS, aplicável a NF-e, NFeCom, BP-e e outros documentos, ferramenta que deve reduzir inconsistências e rejeições.

Integração municipal e risco de suspensão de repasses

As prefeituras deverão aderir ao padrão nacional da NFS-e ou compartilhar seus documentos com a União. Municípios que não cumprirem essa exigência terão transferências temporárias suspensas, o que tende a acelerar a adesão. Até o momento, apenas 520 cidades operam regularmente na plataforma nacional.

Apuração assistida e mudança no conceito de crédito

Os especialistas alertam que a apuração do novo IVA deixará de ser eminentemente escritural: o crédito será financeiro, liberado progressivamente a cada recolhimento. Isso exige processos mais maduros para maximizar créditos já existentes e evitar perdas.

Gestão de risco: fornecedores sob vigilância

Com a nova sistemática, toda a cadeia passa a se fiscalizar mutuamente.

O adquirente poderá pagar o tributo para assegurar seu crédito, se o crédito não for liberado, acende-se um alerta sobre o fornecedor, que passa a representar risco financeiro direto para a operação.

Principais Alertas da CBS/IBS para janeiro

Impactos estruturais: fluxo de caixa, preços e negociações

Segundo especialistas do setor, como Rodrigo Sartorio (TOTVS), a reforma possui impacto estrutural comparável ao Plano Real. Entre os efeitos imediatos destacam-se:

- alteração do fluxo de caixa, com mudanças no momento de apuração e recolhimento;
- necessidade de revisão de margens e políticas de preço;
- nova dinâmica nas relações comerciais, especialmente com o split payment, que altera profundamente as condições de negociação.

A CFO Caroline Souza (ROIT) reforça que o novo modelo exige formação de preço baseada em valores líquidos de tributos, já que o IVA incidirá apenas sobre o valor real da mercadoria ou serviço, exceto no caso do Imposto Seletivo, o único tributo que, conforme a Constituição, integra a base de cálculo do IBS e da CBS.

Quanto mais “limpo” de tributos ocultos for o preço na negociação com fornecedores, melhor será o posicionamento da empresa para competir e ajustar margens.

Os três níveis de tributação que influenciam o preço

Para mapear corretamente o impacto do IVA e evitar distorções, é essencial considerar as três camadas tributárias presentes no mercado:

- Tributos destacados na nota: ICMS, IPI, PIS, COFINS, ISS etc.
- Tributos em cadeia ou semi-ocultos: ICMS-ST, PIS/COFINS-ST, monofásicos, IPI na origem — não aparecem na nota, mas compõem o custo.
- Tributos ocultos em despesas administrativas, OPEX e CAPEX: repercutem nos preços sem transparência direta, exigindo mapeamento profundo da cadeia e da estrutura interna de custos.